

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

| | |
|----------------------------------|---|
| Ato do Poder Legislativo..... | 1 |
| Ato do Poder Executivo..... | 1 |
| Gabinete do Governador..... | |
| Governadoria do Estado..... | |
| Gabinete do Vice-Governador..... | |
| Vice-Governadoria do Estado..... | |

| | |
|--|---|
| Casa Civil | 1 |
| Gabinete do Governador | 1 |
| Governo | 1 |
| Planejamento e Gestão | 1 |
| Fazenda | 1 |
| Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços | 1 |
| Polícia Militar | 1 |
| Polícia Civil | 1 |
| Administração Penitenciária | 1 |
| Defesa Civil | 1 |
| Saúde | 1 |
| Educação | 3 |
| Ciência, Tecnologia e Inovação | 3 |
| Transportes e Mobilidade Urbana | 3 |
| Ambiente e Sustentabilidade | 3 |
| Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento | 3 |
| Cultura e Economia Criativa | 3 |
| Desenvolvimento Social e Direitos Humanos | 3 |
| Esporte e Lazer | 3 |
| Turismo | 3 |
| Controladoria Geral do Estado | 3 |
| Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro | 3 |
| Trabalho e Renda | 3 |
| Extraordinária de Representação do Governo em Brasília | 3 |
| Transformação Digital | 3 |
| Infraestrutura e Cidades | 3 |
| Energia e Economia do Mar | 3 |
| Habitação de Interesse Social | 3 |
| Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável | 3 |
| Mulher | 3 |
| Procuradoria Geral do Estado | 3 |

REPARTIÇÕES FEDERAIS

Art. 1º - Designar a servidora Taísa Melo De Figueiredo, ID funcional

SUBTEN PM RG 79.640 LUIZ CLÁUDIO TRANNIN AGOSTINHO, ID
FUNC. 0594896-7
1º SGT PM RG 67.760 RODRIGO BARRETO BARBOZA COUTI-
NHO, ID FUNC. 2241426-6
1º SGT PM RG 75.299 ALEXANDRE DOS REIS SOARES, ID
FUNC. 2507895-0

2º SGT PM RG 80.800 ANA PAULA DE FREITAS BITTENCOURT DE ANDRADE, ID FUNC. 4183689-8
CB PM RG 103.974 MARCELE FÁTIMA FARIAS MARINS, ID FUNC. 5031855-1

Art. 2º - O servidor designado no artigo anterior deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

- I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
- II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
- III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
- IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
- V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
- VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

- I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
- II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato (Diretoria de Licitações e Projetos) para decisão junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico.
- III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2466613

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3586 DE 22 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350032/000698/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 30 de janeiro de 2023, os servidores CAP PM RG 67.205 ENDGIE OLIVER PAQUIELA, ID FUNC. 2519992-7, CAP PM RG 85.166 VANELLY CAROLINE DE AZEVEDO DE OLIVEIRO, ID FUNC. 4329724-2, e a CB PM RG 92.630 PRISCILA DA SILVA MELLO MUNIZ, ID FUNC. 4415983-8, em substituição ao MAJ PM RG 73.812 WALLACE VAZ DE OLIVEIRA, ID FUNC.

2338066-7, 1º TEN PM RG 106.426 JEAN PETERSON BIESDORF, ID FUNC. 5089340-8 e o 3º SGT PM RG 85.188 DIOGO ROCHA DA MOTTA SACRAMENTO, ID FUNC. 4328284-9, para compor a Comissão do 15º BPM, com o objetivo de fiscalizar o Termo de Adesão, oriundo do Processo nº SEI-350192/002303/2021, firmado com a empresa ÁGUAS DO RIO 4 S.A, passando a referida comissão ter a seguinte composição:

CAP PM RG 67.205 ENDGIE OLIVER PAQUIELA, ID FUNC. 2519992-7
CAP PM RG 85.166 VANELLY CAROLINE DE AZEVEDO DE OLIVEIRO, ID FUNC. 4329724-2
SUBTEN PM RG 46.965 PAULO CESAR CARDOSO DE OLIVEIRA, ID FUNC. 2163484-0
CB PM RG 92.630 PRISCILLA DA SILVA MELLO MUNIZ, ID FUNC. 4415983-8
SD PM RG 107.343 MARCELO CESAR PINHEIRO DE AZEVEDO, ID FUNC. 5098903-0

Art. 2º - O servidor designado no artigo anterior deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

- I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
- II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
- III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
- IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
- V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
- VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

- I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
- II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato (Diretoria de Licitações e Projetos) para decisão junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico.
- III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2466612

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3587 DE 22 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,



Patricia Damasceno
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:

As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:

Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Ed. Garagem Menezes Côrtes - Tel.: (21) 2332-6550 / (21) 2332-6549
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: (21) 2719-2689 / (21) 2719-2705
Atendimento das 8h às 17h.

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col **R\$ 132,00**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Secretaria de Estado de Educação

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEEDUC Nº 6151 DE 23 DE MARÇO DE 2023

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPE-
TÊNCIA PARA A PRÁTICA, COMO ORDENA-
DOR DE DESPESAS, DE ATOS DE GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, CONTRA-
TUAL E LICITATÓRIA, AOS SUBSECRETÁ-
RIOS DE EDUCAÇÃO, E DA OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEEDUC, no exer-
cício de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 10 e
seguintes da Lei Estadual nº 5.427, de 1º de abril de 2009, que es-
tabelece normas sobre atos e processos administrativos, no âmbito do
Estado do Rio de Janeiro, processo nº SEI-030029/003571/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada a competência a Windson Maciel, Subsecre-
tário Executivo, ID. Funcional nº 5011958-3, Erika Rangel De Souza
Dos Santos, Subsecretária de Gestão Administrativa, ID. Funcional nº
4342833-9, Joilza Rangel Abreu, Subsecretária de Gestão de Ensino,
ID. Funcional nº 3778250-9 e Myrian Medeiros Da Silva, Subsecretária
de Planejamento e Ações Estratégicas, ID. Funcional nº 3947294-9,
para na qualidade de Ordenadores de Despesas, praticarem nos ter-
mos de legislação em vigor, juntos ou isoladamente, atos de gestão
orçamentária, financeira, patrimonial, contratual e licitatória no âmbito
da Secretaria de Estado de Educação, a saber:

- I - autorizar a concessão de adiantamentos e diárias, aprovando ou
impugnando as respectivas prestações de contas, aplicando as pena-
lidades previstas na legislação em vigor pertinente, quando for o ca-
so;
II - autorizar viagens dos servidores da Secretaria de Estado de Edu-
cação;
III - autorizar a abertura de licitações, suas dispensas ou inexigibili-
dade, assinar editais e suas alterações, respectiva homologação, ad-
judicação, aceitar seu objeto e valor, anulá-la ou revogá-la, quando for
o caso nos termos da legislação em vigor;
IV - assinar contratos, acordos, convênios, termos de cooperação téc-
nica e outros instrumentos contratuais, relacionados com as situações
previstas na presente Resolução;

- V - assinar Termo de Ajuste de Contas, no âmbito da Secretaria de
Estado de Educação;
VI - aplicar as penalidades previstas em lei, em primeira instância
quando caso seja verificado ilícitos administrativos no âmbito licitatório
e contratual, descumprimentos de obrigações contratuais ou quaisquer
descumprimentos de obrigações de administrado para com a adminis-
tração na forma de Resolução própria;
VII - designar pregoeiros e equipes de apoio da comissão permanente
ou especial, para os procedimentos relativos às licitações, fiscalização
de contratos e assuntos afins;
VIII - adotar e determinar medidas referentes à administração de bens
patrimoniais móveis e imóveis.
IX - autorizar despesas, bem como a expedição e a assinatura das
respectivas Notas de Autorização de Despesas, emissão de Progra-
mação de Desembolso, emissão de Notas de Empenho, Reconheci-
mento de Dívidas, movimentação de recursos financeiros, pagamento
de despesas orçamentárias, emissão de ordens bancárias, ordens de
pagamento, cheques nominativos e despesas de pessoal;
X - solicitar e descentralizar cota financeira, movimentar contas-cor-
rentes, inclusive as de recursos oriundos de convênios celebrados por
esta Secretaria;
XI - aplicar ou relevar as penalidades pecuniárias previstas na legis-
lação, quando se verificar o descumprimento de obrigação contratual
ou inobservância de prazos, nos casos de fornecimento de material
ou de prestação de serviços;
XII - autorizar ou ratificar Notas de Autorização de Despesas;
XIII - praticar atos normativos e ordinatórios, bem como autorizar sua
publicação, relacionados às competências estabelecidas neste artigo;
XIV - autorizar, perante a Receita Federal e ao INSS, o encaminha-
mento da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Pre-
vidência Social - GEFIP dos servidores desta Pasta;
XV - representar a Secretaria e praticar atos de gestão administrativa,
orçamentária, financeira, contratual e patrimonial inerentes ao Fundo
de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valo-
rização dos Profissionais da Educação/FUNDEB e demais fundos re-
lacionados à Pasta, podendo movimentar os recursos financeiros dis-
poníveis em conta corrente específica, aberta junto à instituição finan-
ceira para tal fim;
XVI - representar a Secretaria junto ao Tribunal de Contas do Estado
do Rio de Janeiro - TCE/RJ, conforme estabelecido pela Deliberação
TCE/RJ nº 261/2014, de 02/12/2014.

Art. 2º - Seja dado conhecimento imediato desta Resolução ao Tri-
bunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Es-
tado de Fazenda.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

ROBERTA BARRETO DE OLIVEIRA
Secretária de Estado de Educação

Id: 2466505

Secretaria de Estado de
Cultura e Economia Criativa

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FUNARJ Nº 1125 DE 23 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCAL DO CON-
TRATO CELEBRADO PELA FUNARJ/RJ.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ/RJ, no uso de suas
atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Decreto de
02/02/2023, publicado no D.O de 03/02/2023, às fls 04.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 45.600, de 16 de março
de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações
da administração, nos arts.67, 73 e 74 da Lei Federal nº. 8.666 de
21/06/1993 e no art.239 da Lei Estadual nº. 287 de 04/12/1979.

RESOLVE:

Art.1º - Designar os servidores Lucianne Neiva Reis, ID nº 5110572-1,
Matheus De Sousa Oliveira Montovani , ID nº 5127468-0 e Marisa
Dos Santos Assumpção ID nº 2880904-1 , como fiscais e suplentes,
respectivamente, para atuarem na fiscalização do contrato FU-
NARJ/RJ nº 180021/0013/2023 , processo SEI-
180002/000046/2023com a empresa ECOLD CLIMATIZAÇÃO E SER-
VIÇOS DE ENGENHARIOA LTDA, que tem por objeto a aquisição de
equipamentos de climatização (aparelhos de ar condicionado) com for-
necimento de serviços de instalação , para a FUNARJ.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a
contar de 23/03/2023.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

JACKSON DE OLIVEIRA EMERICK
Presidente

Id: 2466444



AGÊNCIA NITERÓI IOERJ NOVO TELEFONE

DEVIDO À INSTABILIDADE NA LINHA TELEFÔNICA,
A AGÊNCIA NITERÓI ESTÁ ATENDENDO
TEMPORARIAMENTE
PELO NÚMERO: (21) 2717 - 4427.